

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2021

Requer informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre a atuação da Polícia Federal do Brasil ante as suspeitas de irregularidades no Contrato nº 29/2021 do Ministério da Saúde, que versa sobre a aquisição de 20 milhões de unidades do imunizante Covaxin/BBV152.

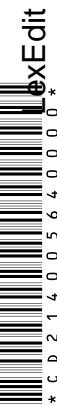
Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Anderson Gustavo Torres, o presente Requerimento de Informação, cuja finalidade é agregar esclarecimentos sobre as medidas adotadas pela pasta perante as suspeitas de irregularidades no Contrato MS nº 29/2021, firmado entre o Departamento de Logística em Saúde do Ministério da Saúde e a empresa Precisa Comercialização de Medicamentos LTDA (CNPJ nº 03.394.819/0001-79) com a finalidade de adquirir 20 milhões de unidades do imunizante Covaxin/BBV152.

Com o objetivo de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidos os questionamentos que seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Polícia Federal do Brasil reconhecerem como necessárias para a devida compreensão dos fatos em questão:

1) Quanto ao recebimento de solicitações oriundas da Presidência da República, o Ministério da Justiça e Segurança Pública ou a Polícia Federal do Brasil receberam algum ofício ou documento oficial solicitando providências sobre o Contrato MS nº 29/2021? Caso o tenha, além de encaminhar cópia digital do documento, informar:

- 1.1) Quando esse(s) documento(s) foram recebidos?
- 1.2) Quais foram as diligências requisitadas nesses documentos?
- 1.3) Quais foram as providências tomadas pela pasta e/ou seus órgãos?



2) Quanto à realização de investigações sobre o referido contrato e fatos relacionados, quantos e quais foram os inquéritos abertos pela Polícia Federal do Brasil? Informar, caso existam, as principais linhas de investigação e os resultados já obtidos.

3) Quanto à existência de investigações relacionadas aos demais contratos firmados pelo Poder Executivo Federal para aquisição de imunizantes e outros insumos estratégicos no contexto de pandemia, a Polícia Federal do Brasil possui outros inquéritos abertos? Caso tenha, descrevê-los de forma resumida.

## JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, o Ministério Público Federal (MPF) identificou indícios de prática delituosa nos processos de negociação e execução do Contrato nº 29/2021, firmado pelo Ministério da Saúde em 19 de fevereiro de 2021. Segundo a íntegra do instrumento contratual, a empresa Precisa Comercialização de Medicamentos LTDA foi contratada para fornecer 20.000.000 unidades da vacina Covaxin/BBV152 em até 70 (setenta) dias contados a partir da assinatura do instrumento contratual, ao valor unitário de US\$ 15,00 - totalizando US\$ 300.000.000.

Considerando a gravidade dos fatos até agora noticiados e a relevância das aquisições de imunizantes no contexto de crise sanitária, o presente Requerimento de Informação busca agregar informações que permitam a devida apreciação dos fatos relacionados à negociação e compra da vacina desenvolvida pela empresa indiana Bahrat Biotech.

Na qualidade de Deputado Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo – conforme previsão do Art. 49 da Constituição Federal de 1988, solicito as informações acima discriminadas com o intuito de agregar insumos que permitam compreensão dos fatos noticiados.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 2021.





## **Requerimento de Informação** **(Do Sr. Vinicius Poit )**

Requer informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre a atuação da Polícia Federal do Brasil ante as suspeitas de irregularidades no Contrato nº 29/2021 do Ministério da Saúde, que versa sobre a aquisição de 20 milhões de unidades do imunizante Covaxin/BBV152.

Assinaram eletronicamente o documento CD214005640000, nesta ordem:

- 1 Dep. Vinicius Poit (NOVO/SP)
- 2 Dep. Gilson Marques (NOVO/SC)
- 3 Dep. Tiago Mitraud (NOVO/MG)
- 4 Dep. Paulo Ganime (NOVO/RJ)
- 5 Dep. Alexis Fonteyne (NOVO/SP)
- 6 Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)
- 7 Dep. Marcel van Hattem (NOVO/RS)

